



# *CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA*

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

---

### **PARECER JURÍDICO**

**EMENTA:** Direito Administrativo. Agentes Políticos. Subsídio. Reajuste. Prefeito, Vice, Secretários, Procurador, Conselheiros Tutelares. Quórum: Maioria Simples. Pela Legalidade.

É submetido ao crivo desta Assessoria o Projeto de Lei do Executivo n. 1/2026, ao qual exaramos o seguinte

### **PARECER:**

#### **DOS FATOS:**

Trata-se de Projeto de Lei que visa a concessão de reposição inflacionária aos Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Procurador Geral e Membros do Conselho Tutelar.

A pretensão é conceder uma reposição na ordem de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), decorrentes da variação medida pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, a partir de 01 de janeiro de 2026.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

---

**DO DIREITO:**

Primeiramente é necessário frisar que o Inciso XI do Artigo 37 estabelece limites aos subsídios de qualquer agente político, vejamos:

***“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:***

.....

***XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;”***

Para isso, *mister* se faz que as Comissões e o Plenário analisem se os novos subsídios não venham a afetar o teto estabelecido acima.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

---

Recentemente, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que leis do Estado de Santa Catarina que atrelam a remuneração de procuradores de Justiça e de procuradores do estado aos subsídios dos ministros do STF não produzam mais reajustes automáticos, porque essa vinculação é inconstitucional.

A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade **(ADI) 6548**).

Com base neste entendimento é possível trazer a vista que o reajuste dos subsídios de Agentes Políticos (a exemplo do Projeto em apreço) somente pode ser concedido se houver lei específica.

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu Artigo 16 exige que qualquer matéria que venha a modificar o quantitativo da despesa com pessoal deverá se fazer acompanhar de dois requisitos, senão vejamos:

***“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:***

***I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;***

***II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”***

O § 3º do Artigo 76 da Lei Orgânica Municipal, assim preceitua em relação a concessão de reajustes aos subsídios de Agentes Políticos:



**CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

---

***“Art. 76. Os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores serão fixados, por lei de iniciativa de Câmara Municipal, em uma legislatura para vigorar na subsequente, até quarenta e cinco dias antes das eleições municipais, observados os critérios e os limites previstos na Constituição Federal.***

.....

***§ 3º A lei que fixar os subsídios de que trata o caput deste artigo estabelecerá os critérios de reajustes.”***

A Lei Municipal 1.303, de 8 de agosto de 2024 fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e em seu Artigo 2º assim estabelece:

***“Art. 2º É vedado o acréscimo aos subsídios de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, conforme o estabelecido no art. 39, § 4º da Constituição Federal, assegurada a revisão geral anual dos subsídios, com base em índice oficial de correção monetária que reflita a variação de preços ao consumidor, nos termos do art. 37, X da Constituição Federal.”***

**DO MÉRITO:**

A pretensão é conceder reajuste na ordem de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), decorrentes da variação medida pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, a partir de 01 de janeiro de 2026, nos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Procurador Geral e Membros do Conselho Tutelar.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

O Projeto está acompanhado de Estimativa de Impacto Financeiro Orçamentário e Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento não afetará os limites previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

PROJEÇÕES		GASTOS COM PESSOAL (PROJEÇÃO)			RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		Projeção de Impacto Anual (%)		
RESUMO									
DESCRIÇÃO	MENSAL	ANUAL 2026	ANUAL 2027	ANUAL 2028	2026	2027	2028		
Folha de Pagamento - Data Base Dezembro 2025	9.737.135,26	129.706.012,67	129.329.323,13	141.090.181,89	159.332.787,29	160.035.485,77	160.035.485,77		
(-) Deduções (Verbas transitórias, indenizatórias, compensações, etc.)	-746.922,00	-8.963.071,20	-9.344.858,03	-9.742.990,89	-2.82%	-2.79%	-2.77%		
Salários Subvenencionados	600.000,00	7.200.000,00	7.506.720,00	7.826.506,27	317.592.429,49	317.592.429,49	317.592.429,49		
PREMED	2.000.000,00	24.000.000,00	25.022.400,00	26.088.364,24	334.931.329,31	334.931.329,31	334.931.329,31		
PSA	131.045,87	1.572.550,44	1.639.541,09	1.709.385,54	352.280.772,16	352.280.772,16	352.280.772,16		
Criação de cargos / Aumento de vagas	235.880,68	2.830.568,21	2.951.150,42	3.076.869,43					
Progressão Horizontal	97.271,35	1.168.455,23	1.218.232,47	1.270.129,17					
Índices de Gastos de Pessoal - Projetados								49,65%	49,06%
									46,63%

Despesas c/ Pessoal compreendem vencimentos e vantagens fixas e respectivos encargos.

Paço Municipal, José Della Paes, Medianeira/PR, 13 de janeiro de 2026.

  
Angelo Benito Blazetti Junior  
Diretor de Recursos Humanos

  
Expedito Rahling Mees  
Prefeito em Exercício

Pela análise da legislação vigente e documentos que fazem acompanhar o Projeto não vemos óbice na concessão do referido reajuste.

Apenas, como excesso de preciosismo, poderiam as Comissões ou o próprio Plenário trazer ao corpo da Lei o valor que efetivamente será pago a cada Agente Político, tomando por referência os valores descritos no Anexo I do Projeto de Lei em baila.

Caso a sugestão seja acatada, e Emenda vier neste sentido, resta dispensado Parecer Jurídico para tal implementação.

### DO QUORUM:

A Lei Orgânica Municipal, no parágrafo 4º do artigo 52 prevê:

**“§ 4º A aprovação das matérias não constantes dos parágrafos anteriores deste artigo dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores, presentes à sessão a sua maioria absoluta”.**

No caso o quórum para aprovação será da maioria simples dos vereadores presentes à sessão, desde que esteja presente a maioria absoluta.

AV. José Callegari, 300 CEP 85884-000 Fone/Fax (045) 3264.24.75  
e-mail: [camara@medianeira.com.br](mailto:camara@medianeira.com.br)



*CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA*  
ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

---

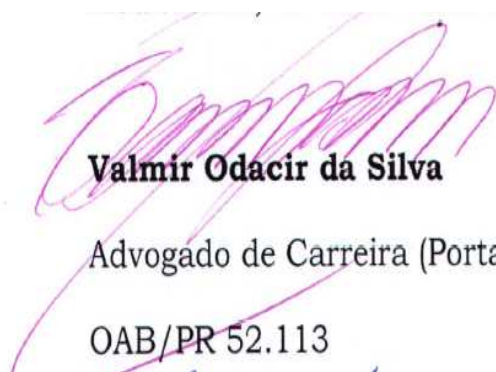
Em face do silêncio em relação a quórum especializado, entende-se que a votação depende de maioria simples dos vereadores.

**DA CONCLUSÃO:**

Diante do exposto exaramos **PARECER FAVORÁVEL** por entender que a mesma preenche os requisitos constitucionais e legais.

S. M. J., este é o PARECER.

Medianeira, 14 de janeiro de 2026.

  
**Valmir Odacir da Silva**  
Advogado de Carreira (Portaria 16/2010)  
OAB/PR 52.113